

Construindo identidades: estado social cubano

Marianna Grigorievna Abramova

Academia das Finanças junto ao Governo da Federação da Rússia

Quero que a principal Lei de nossa República seja um profundo respeito dos cubanos pela dignidade humana em toda a sua plenitude

José Martí

Introdução

O ano de 2009 teve um início muito simbólico. Com a crise econômica e financeira ganhando força, a comunidade internacional celebrou, no dia primeiro de janeiro, os cinquenta anos da Revolução Cubana, e, em 21 de janeiro, os 85 anos da morte de Vladimir Ilitch Lênin, líder da Grande Revolução de Outubro da Rússia. Terá perecido a causa de Lênin, 85 anos depois de sua morte? Não, antes pelo contrário: é evidente para qualquer pesquisador imparcial que o modelo liberal de desenvolvimento social imposto ao mundo chegou a um impasse. O atraso tecnológico, crescente a cada ano, dos países em desenvolvimento, o hiato, cada vez maior, entre os países ricos e os países pobres, o fenômeno de marginalização social nos próprios países abastados que compõem o “bilhão dourado” colocam, mais do que em qualquer outro tempo, na ordem do dia a busca de alternativas sociais e de outros modelos de desenvolvimento. Nesse sentido, é, sem dúvida, interessante a experiência prática de Cuba na solução de problemas sociais e na construção de um Estado social moderno. Desde a vitória da Revolução de 1959, Cuba tem lutado pela justiça social, pela dignidade humana e pelos progressos socioeconômicos. “Enquanto houver, pelo menos, uma manifestação da injustiça social, a Revolução não pode ser dada como terminada”¹ – assinala o programa do “Movimento 26 de Julho”.

O modelo de socialismo cubano foi bem-sucedido nas décadas de 1970 e de 1980 do século XX, sobreviveu à desagregação do sistema socialista da década de 1990 e continua evoluindo de forma progressiva nos últimos anos. Como os cubanos conseguiram manter o regime econômico e social, estabelecido na ilha em 1959, e resistir aos choques econômicos, políticos e ideológicos que

levaram à ruína toda uma série de países mais desenvolvidos como a RDA, a URSS e a Iugoslávia? Muitos poderão dizer que a questão está no líder, Fidel Castro no caso. É verdade, o papel dessa figura carismática, que pode reconhecer os erros cometidos, os corrigir e tomar decisões extraordinárias, é grande.

Mas acho que as causas disso são muito mais profundas. O modelo de socialismo cubano pode ser definido como nacionalista e o Estado, surgido em consequência da Revolução de 1959, uma versão moderna de um Estado socialista. A Revolução cubana não pode ser vista, em nenhuma circunstância, como *exportação da revolução*, pois amadureceu e tomou corpo no solo nacional. Iniciada como nacional democrática, a Revolução cubana virou socialista. Como resultado, Cuba realizou uma reforma agrária, acabou com o latifundiarismo e a dependência do capital estrangeiro, procedeu à industrialização e à diversificação da economia nacional. Entre 1959 e 1989, o PIB de Cuba aumentou mais de 3,5 vezes, crescendo anualmente a uma taxa de 4,6% enquanto nos outros países da América Latina esse índice foi de 1,8%². O processo de crescimento do PIB em si não é importante. O importante é seu impacto social. Em Cuba, o crescimento do PIB foi acompanhado da distribuição regular da receita entre os cidadãos cubanos com vistas à satisfação de suas necessidades fundamentais de natureza existencial, material e cultural e à elevação dos padrões de qualidade de vida. Antes da Revolução, 90 % dos cubanos eram analfabetos totais ou funcionais. Hoje em dia, Cuba apresenta o alfabetismo universal. Antes da Revolução, a expectativa média de vida mal chegava a 55 anos. Atualmente está em 78 anos e deve atingir 85 anos em 2025. Cuba mantém a liderança entre os países não-europeus quanto ao número de longevos³ e se coloca entre os líderes mundiais quanto à saúde da nação, dividindo com a Suécia e a Noruega o rol dos cinco países com a mais baixa taxa de mortalidade infantil.

Quando ocorreu a Revolução, já existiam 13 países socialistas no mundo, principalmente na Europa e na Ásia, e isso permitiu que Fidel Castro analisasse suas experiências histórica, social, política e econômica. Entre os defeitos do modelo soviético, implantado na maioria dos países socialistas, Fidel destacou, em primeiro lugar, a burocratização excessiva da sociedade e a tendência do partido governante para se separar da vanguarda política, ou seja, do povo. Por isso, Fidel Castro se esforçou para criar um partido que estivesse indissoluvelmente ligado ao povo cubano. As primeiras organizações do Partido Comunista de Cuba surgiram nas empresas que se tornaram principal palco de ação comunista para a ampliação de suas fileiras. Hoje, o Partido é organizado a partir de diversos níveis: local (dentro de certo território e local de trabalho), municipal, provincial e nacional. Assim, as organizações de base constituem o núcleo do organismo do Partido e permitem a captação de novos militantes

nas mais diversas camadas populacionais. Dessa forma, se mantêm sólidos vínculos entre o Partido e as massas trabalhadoras.

O cuidado para com as condições de vida das pessoas comuns é a maior preocupação do Partido Comunista de Cuba, que proclamou como seu objetivo político garantir a cada indivíduo uma vida sã e condigna, isenta, entretanto, de luxo e de prodigalidade, típicas de uma sociedade consumista que é incapaz de garantir a justiça social nem o progresso numa perspectiva de longo prazo. As tarefas de resistir ao modelo de sociedade consumista e seus valores e prioridades vitais e de ajustar as forças produtivas às necessidades de consumo da sociedade (o que, aliás, pode ser considerado como conquista da opção cubana) só podem ser cumpridas pelo próprio Estado e só por meio de coação, através de uma economia planejada e dirigida. Nesse sentido, no primeiro plano se coloca a necessidade de dirigir cientificamente a economia, devendo essa meta tornar-se a principal preocupação do governo cubano na etapa atual. Diferentemente de Cuba, a URSS e os demais países socialistas da Europa seguiram, nas últimas três décadas, o padrão de consumo e de qualidade da vida ocidental. Tal política provocou, em grande medida, a degeneração dos regimes socialistas na URSS e nos países socialistas da Europa do Leste e, em última análise, seu desmoronamento nos anos 1990.

Identidade: Um Estado Social ou Socialista?

O conceito de Estado Social, inalienável do Direito e destinado a garantir a transição gradual da sociedade aos princípios da igualdade, justiça e da moral, é um aspecto importante do modelo de nova sociedade criado com base no modelo de socialismo cubano. Nesse modelo, ocupam um lugar de destaque a consagração e a concretização dos direitos constitucionais dos cidadãos à proteção social.

Verificamos com frequência no Direito moderno que as fórmulas de *Estado Social* e de *Estado Socialista* se encontram em contraposição. Alfonsas é daqueles que as considera contrapostas. Para Alfonsas, o Estado Social “se desenvolvia como alternativa ao Estado Socialista...”⁴. No entanto, uma análise etimológica das fórmulas supracitadas e dos fatos históricos refuta essas conclusões. Primeiro, as palavras “social” e “socialista” derivam da mesma raiz e definem o objetivo comum desses Estados como primado dos benefícios sociais sobre os individuais⁵. Segundo, o termo *social* surgiu na prática constitucional muito antes do que o *socialista*. O especialista francês em Direito Marcel Prélôt⁶ registra as tentativas de qualificar a República como Estado Social ainda nos tempos da Reforma Constitucional de 1848, em contrapeso ao conceito de *Estado-Guarda Nocturno* baseado na ideologia do individualismo burguês.

Mas o termo foi rejeitado pelas forças governantes como sendo proletário e refletindo os interesses do povo insurgido.

Só no século XX o termo *social* passou a ser correntemente usado pelos eurocomunistas e sociais democratas para realçar as diferenças entre os socialismos *democrático e totalitário*. Todavia, as diferentes visões do papel do Estado na consecução do bem-estar econômico e cultural do povo não excluem a afinidade entre o *Estado Social* e o *Estado Socialista* no aspecto principal, ou seja, no que se refere ao reconhecimento da responsabilidade do Estado pela existência da sociedade e pela vida condigna de todos os sócios que a compõem. Isso permite encarar os conceitos acima como termos constitucionais afins. Em alternativa ao Estado Social se encontra não tanto o Estado Socialista quanto, como antes, o Estado Capitalista de tipo liberal que serve unicamente aos interesses da cúpula governante e não se preocupa com as necessidades das demais camadas populacionais e em que a lei da obtenção do lucro por todos os meios e sem quaisquer restrições sociais (ou comunitárias) é fundamental. Não é à toa que o termo "socialista" em alguns países em desenvolvimento (a Síria, Argélia, Iêmen do Sul e outros) não tem sido interpretado na acepção universal, à soviética, mas sim como sinônimo da natureza humanitária do Estado, voltada para a elevação dos padrões de vida das principais camadas da população.

Século XXI: das Constituições institucionais às Constituições sociais

Hoje em dia, observamos o aumento da tendência da transição das Constituições institucionais às Constituições sociais: os países capitalistas adotam, a nível legislativo, o conceito de Estado Social. Já a Constituição mexicana de 1917, ainda vigente, em seu Artigo 3 consagra a "melhoria contínua dos padrões sociais e culturais da vida do povo", em seu Artigo 25 estabelece que o "Estado orienta o desenvolvimento nacional e garante seu caráter íntegro" e se refere à distribuição justa das receitas entre os indivíduos, grupos e classes sociais e à justiça social e ao papel planejador do Estado.

A Constituição de Weimar, aprovada na Alemanha em 1919, passou à posteridade como primeira Constituição social do capitalismo (naquela altura, pouco se sabia sobre a Constituição mexicana de 1917) a consagrar, pela primeira vez, o princípio: a *propriedade obriga*. A Lei Constitucional da Áustria, de 1920, acabou com os privilégios de classe. Encontramos disposições semelhantes na Constituição chilena de 1926. A Constituição da Irlanda estabeleceu, em seu Artigo 43, entre outras coisas, que os direitos do proprietário devem ser regulados de acordo com o princípio da justiça social.

A prática de introduzir em Constituições os novos princípios do regime social e político, que podem ser qualificados como os do Estado Social, se tornou ainda mais intensa após a Segunda Guerra Mundial. O Preâmbulo da Constituição da França, de 1946, atualmente em vigor como parte da Constituição francesa consolidada, contém uma extensa lista de direitos econômicos e sociais, não excluindo a possibilidade da nacionalização, ou seja, a violação do *direito sagrado de propriedade* proclamado dois séculos antes pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, declaração francesa de 1789.

A Constituição italiana, de 1947, atualmente vigente, estabelece em seu Artigo 42 que a propriedade privada é reconhecida e garantida pela lei, que determina seus limites, e em seu Artigo 41 diz que a “atividade econômica pública e privada pode ser dirigida e coordenada para fins sociais”. Também podemos citar disposições semelhantes da Constituição indiana de 1949, da Constituição do Egito de 1971, das Constituições portuguesa de 1976 e espanhola de 1978 e de outras Leis Fundamentais aprovadas nos finais dos anos 1980, princípios de 1990 do século XX. As Constituições mais recentes da Suíça, da Finlândia e da Venezuela, aprovadas em 1999, seguem o mesmo rumo. Algumas Constituições dedicam capítulos inteiros à regulação das relações sociais de modo semelhante. Por exemplo, os Capítulos *Política, Economia, Cultura* da Constituição da República Democrática e Popular da Coreia, de 1972, o Capítulo *A Sociedade e o Estado* da Constituição da Lituânia, de 1992, o Capítulo *A Organização Econômica* da Constituição portuguesa, de 1976. A Constituição da Suíça, país tradicionalmente conservador, em seu Artigo 6, dispõe sobre os deveres do indivíduo perante a sociedade, a limitação da propriedade, em seu Artigo 26, as associações de trabalhadores, em seu Artigo 28, a restrição dos direitos individuais em favor dos interesses públicos, em seu Artigo 38, e dedica um capítulo aos *Fins Sociais*.

Podemos constatar que os conceitos modernos de desenvolvimento da sociedade, do Estado e do Direito, legislativamente consagrados, ultrapassam os extremos do liberalismo individualista e avançam rumo ao Estado Social. O conceito de Estado Social surgiu em alguns países do Ocidente durante o processo de superação de crises econômicas e socio-políticas, tendo sido teoricamente sintetizado e consagrado nas suas respectivas Constituições vigentes. Esse conceito representa uma conquista teórica e prática do desempenho jurídico-institucional e constitui um fundamento teórico sério para buscas posteriores, dado que a “fórmula de Estado Social de Direito impõe a um legislador concreto uma exigência imperativa, e não os meios nem orientações imperativos de solução das tarefas”. Os princípios sociais passam pela fixação jurídica da responsabilidade do Estado de garantir os padrões de vida condignos e o livre desenvolvimento da personalidade,

assim como pela concretização dessa sua responsabilidade em todos os níveis e ramos do Poder público. As atividades sociais de um Estado moderno, exercidas com base no princípio de sua auto-obrigação unilateral, são objetivamente muito necessárias. Agindo desse modo, o Estado visa a redistribuição *justa* dos benefícios econômicos, sociais e políticos de modo a que as pessoas carentes e menos abastadas sejam as que mais ganham com isso. Historicamente, a redistribuição desse tipo é, não raro, declarada como *justiça social*. Esse tema ganhou maior atualidade face à presente crise financeira que é, principalmente, uma crise do sistema econômico capitalista, cuja lei fundamental é a obtenção do lucro e superlucro apesar da situação calamitosa das principais classes trabalhadoras e das camadas da sociedade.

A Constituição cubana de 1976: a fixação jurídica do modelo de socialismo nacional

Nesse sentido, a Constituição cubana de 1976 pode servir de exemplo, pois não só proclamou a construção de um Estado Social mas também garantiu a implementação prática desse objetivo.

Em 25 de fevereiro de 1975, a Comissão de Redação entregou a Fidel Castro o texto da proposta constitucional. Jurista de profissão e estadista experiente, Fidel Castro contribuiu muito para a elaboração de vários capítulos da Constituição cubana. Por proposta sua, o texto da Constituição foi submetido, em 1975, à uma consulta popular que envolveu cerca de 6,2 milhões de cubanos. Muitas das sugestões feitas pelo povo foram levadas em conta. A proposta constitucional foi submetida ao exame do I Congresso do Partido Comunista de Cuba. Ao discursar no Congresso, Fidel Castro assinalou que a

nova Constituição destinada a substituir a Lei Fundamental de 1940, que, muitas vezes alterada e emendada, vigorou até meados dos anos 70, sintetiza a experiência de nosso povo e a experiência mundial dos povos que optaram antes de nós pelo caminho da construção de uma sociedade socialista.⁷

Fidel Castro deu especial ênfase à formação de órgãos representativos do poder: a Assembléia Nacional do Poder Popular de Cuba, constituída por deputados, e assembléias do poder popular provinciais e municipais, constituídas por delegados que, tal como os deputados, são eleitos e cujo mandato pode ser revogado e que são obrigados a prestar contas aos eleitores, tal como, aliás, os juizes de todas as instâncias. Vale assinalar que, desde 1976, as eleições de todos os níveis em Cuba têm tido vários candidatos, disputando-se uma vaga por vários concorrentes, o que não se verificava em

nenhum outro país socialista. O princípio da transparência do apuramento dos votos também contribuiu para a democratização das eleições para deputado de todos os níveis.

Em 15 de fevereiro de 1976, a proposta constitucional foi submetida ao referendo nacional e aprovada pela maioria da população, entrando em vigor como nova Lei Fundamental em 24 de fevereiro desse mesmo ano. Fidel Castro escolheu a data de 24 de fevereiro para a proclamação da nova Constituição porque José Martí havia começado a guerra pela independência de Cuba em 24 de fevereiro de 1895.

O Capítulo I da Constituição *Fundamentos Políticos, Econômicos e Sociais do Estado* estipula, no Artigo 8, que o

Estado socialista realiza a vontade do povo trabalhador e canaliza os esforços da nação para a construção do socialismo; mantém e defende a integridade e a soberania da Pátria, garante a liberdade e a plena dignidade do homem, o desfrute de seus direitos, o exercício e o cumprimento de seus deveres e o desenvolvimento integral de sua personalidade; afiança a ideologia e as normas de convivência e de conduta próprias da sociedade livre da exploração do homem pelo homem, protege o trabalho criador do povo e a propriedade e a riqueza da nação socialista; dirige planejadamente a economia nacional; assegura o avanço educacional, científico, técnico e cultural do país; como Poder do povo em serviço do próprio povo garante que não haverá homem ou mulher, em condições de trabalhar, que não tenha a oportunidade de obter emprego com o qual possa contribuir para os fins da sociedade e para a satisfação de suas próprias necessidades; que não haverá pessoa incapacitada para o trabalho que não tenha meios dignos de subsistência; que não haverá doente que não tenha atenção médica; que não haverá criança que não tenha escola, alimentação e vestido; que não haverá jovem que não tenha oportunidade de estudar; que não haverá pessoa que não tenha acesso aos estudos, à cultura e ao esporte; trabalha para conseguir que não haverá família que não tenha habitação confortável.⁸

O Estado cubano oferece o ensino primário, secundário e superior gratuitos, a assistência médica gratuita, tendo efetivamente todas as camadas da população acesso à cultura, às artes e aos esportes. As habitações são baratas e as tarifas dos serviços públicos são baixas. O desenvolvimento da economia visa o reforço do sistema socialista e uma melhor satisfação das necessidades materiais e culturais da sociedade e dos cidadãos e contribui para o desenvolvimento da personalidade e de sua dignidade, o progresso e a segurança do país e a capacidade da nação de cumprir o dever internacionalista de nosso povo⁹.

O Capítulo IV *Educação e Cultura* consagra os respectivos direitos sociais dos cubanos. O Artigo 38 garante o ensino gratuito e estabelece um amplo sistema de bolsas de estudo.

O Estado, a fim de elevar a cultura do povo, se ocupa de fomentar e desenvolver a educação artística, a vocação para a criação e o cultivo da arte e a capacidade para a apreciar; a atividade criadora e investigadora na ciência é livre. O Estado estimula e viabiliza a investigação e prioriza aquela dirigida a resolver os problemas que atingem os interesses da sociedade e o benefício do povo.¹⁰

O Capítulo V *Igualdade* é um exemplo verdadeiramente inédito da atividade constitucional.

O Estado consagra o direito conquistado pela Revolução de que os cubanos, sem distinção de raça, cor ou origem nacional: têm acesso, segundo méritos e capacidades, a todos os cargos e empregos do Estado, da Administração pública e da produção e prestação de serviços; ascendem a todas as hierarquias das Forças Armadas revolucionárias e da segurança e ordem interna, segundo méritos e capacidades; recebem salário igual por trabalho igual; desfrutam de ensino em todas as instituições de ensino do país, desde a escola primária até universidades que são as mesmas para todos; recebem assistência médica em todas as instalações hospitalares.¹¹

Note-se que o legislador não se limita à simples proclamação do Estado Social. Ele formula o Capítulo VI *Direitos, Deveres e Garantias Fundamentais*, em que o trabalho é declarado como direito, dever e motivo de honra para cada cidadão.

O trabalho é remunerado conforme sua qualidade e quantidade; ao proporcioná-lo, se atende às exigências da economia e da sociedade, à escolha do trabalhador e sua aptidão e qualificação; o direito ao trabalho é garantido pelo sistema econômico socialista que propicia o desenvolvimento econômico e social sem crises e com ele é eliminado o desemprego e apagada para sempre a parada estacional chamada "tempo morto"¹². Todos os trabalhadores têm o direito ao descanso, à jornada de trabalho de oito horas e às férias pagas. Cuba é o único país do hemisfério ocidental a registrar o pleno emprego. Antes da Revolução, um em cada três homens aptos para o trabalho não tinha emprego e as mulheres estavam praticamente excluídas do processo de produção. Hoje em dia, 66% de todos os especialistas com cursos secundário e superior são mulheres¹³. Mediante o sistema de segurança social, o Estado garante a proteção adequada a todo o trabalhador impedido por sua idade, invalidez ou enfermidade.

Entre outras garantias sociais concedidas pelo Estado, vale destacar a assistência social aos idosos não aptos para o trabalho, a proteção, segurança e higiene do trabalho, a assistência médica gratuita em policlínicas e hospitais, a assistência estomatológica gratuita¹⁴. O direito à educação é garantido por uma rede de escolas gratuitas e de semi-internatos e internatos, por bolsas em todos os tipos e níveis de ensino e a gratuidade do material escolar concedido a cada criança ou jovem, qualquer que seja a situação econômica de sua família. Os homens e mulheres adultos desfrutam desse direito nas mesmas condições da gratuidade e com facilidades especiais, reguladas pela lei, mediante um sistema de educação de adultos, ensino técnico e profissional, sua capacitação laboral em empresas e organismos do Estado e cursos de ensino superior para os trabalhadores¹⁵.

A década de 1990 introduziu uma série de correções no modelo de socialismo cubano. A política de reforma traçada para 1991 pelo IV Congresso do Partido Comunista de Cuba ganhava força. Em 1992, a Assembléia Nacional fez emendas à Constituição, segundo as quais foi reconhecido o direito de propriedade privada e mista. O Estado anunciou que só deixaria sob seu controle os setores básicos da economia, mantendo-se, contudo, fiel à ideia de construção de um Estado Social¹⁶, cujos cidadãos vivessem uma vida modesta mas condigna, estável e saudável, desfrutando de todas as conquistas da civilização moderna e preservando sua identidade nacional. Isso abre ao país um caminho para o futuro.

Conclusão

A análise da história do movimento de libertação revolucionário cubano e sua experiência de construção de uma sociedade baseada nos princípios da autêntica independência e justiça social leva a crer que o modelo de socialismo escolhido por Cuba é uma tentativa de levar à prática a ideia nacional, adequada às realidades internas e externas. A dignidade mencionada pelo destacado pensador, jurista e filósofo cubano José Martí teve concretização no modelo nacional de Estado Socialista (ou Social). Os cubanos entendem essa dignidade como justiça social, cultura de auto-limitação, ética e moral, e não como o aumento das riquezas individuais através da criação de uma sociedade de consumo. O *corredor* das possibilidades para o desenvolvimento dentro do modelo escolhido teve sempre um espaço reduzido devido a muitos fatores internos e externos (o cerco mantido pelos EUA, a desagregação do sistema socialista). O governo cubano precisava revelar uma flexibilidade excepcional e, ao mesmo tempo, a firmeza inabalável para não só concretizar, nas difíceis condições sempre enfrentadas pela Revolução cubana, a ideia nacional como também a defender com sucesso durante um período tão longo. Apesar de todas as adversidades atuais, a alternativa social de Cuba à sociedade capitalista liberal continuará sendo um exemplo

inspirador não só para os países da América Latina como também para muitos outros estados do mundo. É pouco provável alguém desejar copiar na íntegra o modelo cubano, mas o fato de, com a crise mundial de 2009, ter chegado a hora de estudá-lo a sério não é de duvidar.

Notas e Referências

- 1 *Pensamiento político, económico y social de Fidel Castro*. La Habana, 1959, p. 7, 9.
- 2 Vide: “Cuba dos anos 90: modelo de economia de ‘transição’ e a cooperação com a Rússia”. *Os Cadernos Analíticos do Instituto de Estudos sobre a América Latina da Academia de Ciências da Rússia*. 1998, n. 5.
- 3 Nos EUA, 77 anos, na Rússia, 67 anos.
- 4 V. ALFONSAS. *O Estado Social de Direito*; a realidade adquirida e perdida. Problemas jurídico-constitucionais da formação de um Estado de Social de Direito. Os materiais da Conferência Internacional (Minsk. 30 a 31 de março de 2000). Mionsk, 2000, p. 24.
- 5 Sociale (do latim) significa “social”.
- 6 M. PRELÓT. *O Direito Constitucional de França*. Tradução do francês de F. A. Kublitski. M., 1957, p. 350.
- 7 *I Congresso do Partido Comunista de Cuba*. Havana, 17 a 20 de dezembro de 1980. M., 1982, p. 113.
- 8 *Gaceta Oficial de la Republica de Cuba*. Edicion Especial, n. 2, de 24.II.1976; n. 18, de 29.VI.1978.
- 9 *Ibid.*, p. 1611.
- 10 *Ibid.*, p. 38.
- 11 *Ibid.*, p. 42.
- 12 *Ibid.*, p. 44.
- 13 *Ibid.*, p. 46.
- 14 *Ibid.*, p. 49.
- 15 *Ibid.*, p. 50.
- 16 Em 2004, os gastos públicos com a educação, saúde, ciências, cultura, construção habitacional e os esportes atingiram 59% da Despesa Orçamentária.